



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA PR/RS Nº 193, DE 18 DE ABRIL DE 2012

Retificada no BSMPU, p. 264, 1. quinzena maio 2012.
Texto consolidado.

Revogada pela Portaria PRRS nº 141, de 18 abr. 2013.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 51, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para constituírem a Comissão Permanente de Licitação desta Procuradoria da República:

I - ENI DE OLIVEIRA PELISOLI, matrícula 4116-5, Técnico Administrativo;

II - GABRIELA MOURA DA VEIGA, matrícula 20735-7, Técnico Administrativo;

III - RITA DE CÁSSIA CANTO SEVERO, matrícula 17193-0, Técnico Administrativo;

IV - BRENO MARCOS DOS SANTOS, matrícula 21726-3, Técnico Administrativo;

V - MARCELA BREDAS DE AZEREDO, matrícula 21800-6, Técnico Administrativo;

VI - CELSO KOWALSKI DURAES, matrícula 3874-1, Analista Administrativo;

VII - MÁRCIO FOGLIATTO DE OLIVEIRA, matrícula 21510-4, Técnico Administrativo; e,

VIII - CARMEM DA SILVA PEREZ, matrícula 22651-3, Técnico Administrativo.

Art. 2º Determinar que o Presidente da Comissão Permanente de Licitação será o servidor ENI DE OLIVEIRA PELISOLI que, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pela servidora GABRIELA MOURA DA VEIGA, ou, se esta também estiver ausente ou impedida, pela servidora RITA DE CÁSSIA CANTO SEVERO.



Ministério Público Federal

Art. 3º Definir que a Comissão Permanente de Licitação será secretariada pela servidora GABRIELA MOURA DA VEIGA que, em suas ausências ou impedimentos, será substituída pela servidora RITA DE CÁSSIA CANTO SEVERO.

Art. 4º Definir que a comissão funcionará com a presença mínima de 3 (três) membros.

Art. 5º A presente Portaria entra em vigor nesta data e revoga a Portaria PR/RS nº 433, de 10.10.2011, publicada no Boletim de Serviço nº 19, da 1ª quinzena de outubro/2011.

ANTÔNIO CARLOS WELTER

Publicada no BSMPF, Brasília, DF, p. 520, 2. quinzena abr. 2012.

Ministério Público Federal